



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181244 - RS (2021/0224468-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO CRIMINAL  
REGIONAL DE PASSO FUNDO - RS  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE EXECUÇÕES PENAIS  
DO FORO CENTRAL DE CURITIBA - PR  
**INTERES.** : SAMUEL DE SA DIAS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL

### **DECISÃO**

Cuida-se de conflito negativo de competência entre o JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO CRIMINAL REGIONAL DE PASSO FUNDO (RS), suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DO FORO CENTRAL DE CURITIBA (PR), suscitado, no âmbito de execução penal.

O Juízo suscitado declinou de sua competência nos seguintes termos:

Considerando que o sentenciado se encontra recolhido no Rio Grande do Sul (mov. 61.3), e que, por conta da pandemia ocasionada pelo Coronavírus as remoções entre estados estão suspensas, a fim de evitar maiores prejuízos ao apenado, declino da competência para o Juízo daquela Comarcado, sem prejuízo do retorno dos autos a este Juízo assim que efetivada a remoção do apenado a este Estado.  
Encaminhem-se os autos de execução. (fl. 546)

O Juízo suscitante assim se manifestou:

Declinou o Juízo da 1ª Vara de Execuções Penais da Comarca de Curitiba/RS competência para esta VEC regional em razão de o apenado estar recolhido no Presídio Estadual de Lagoa Vermelha. Em análise detida ao PEC, verifico que o apenado ostenta apenas duas condenações oriundas da Comarca de Curitiba/PR. Nos termos do art. 65 da LEP, a competência para execução da pena é da Comarca que proferiu a sentença condenatória. No mais, o simples fato de o apenado ter sido recolhido em Estabelecimento Prisional sob esta jurisdição não torna esta VEC Regional competente para o processamento da presente execução de pena. Ante o exposto, em face do Juízo da 1ª Vara suscito o conflito negativo

É, no essencial, o relatório. Decido.

Verifica-se a existência de réu preso.

Em razão disso, é prudente a designação de um dos juízos envolvidos neste conflito para decidir as medidas urgentes.

Registre-se que o STJ entende que "o Juízo competente para processar e julgar os incidentes da execução é o que detém a custódia do apenado" (EDcl no CC 134.016/RJ, Relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 21/10/2015).

Ante o exposto, designo o JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO CRIMINAL REGIONAL DE PASSO FUNDO (RS), ora suscitante, para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Comunique-se, ainda, ao Juízo suscitado para que preste as devidas informações, em 10 dias, nos termos do art. 954, *caput*, do Código de Processo Civil.

Dê-se ciência ao Juízo suscitante acerca do que foi aqui determinado.

Após, vista ao Ministério Público Federal, pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Em seguida, sejam os autos conclusos ao relator (art. 955, parágrafo único, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente